

projetos editoriais  
e redes intelectuais na América Latina



**JOSÉ LUIS DE DIEGO**

**projetos editoriais**  
e redes intelectuais na América Latina

**TRADUÇÃO**  
**ANA ELISA RIBEIRO**  
**SÉRGIO KARAM**



 **contafios**

## Sumário

- Apresentação em um par de seções, 7  
*Ana Elisa Ribeiro e Sérgio Karam*
- Leituras de histórias da leitura, 11
- Redes intelectuais e projetos editoriais  
na América Latina, 45
- O *boom* latino-americano: estratégias editoriais  
e internacionalização de nossa literatura, 77
- Cânone, valor e prêmios literários, 117
- Concentração econômica, novos editores,  
novos agentes. Notas para uma pesquisa, 155
- Editores, políticas editoriais  
e outros dilemas metodológicos, 189



## Apresentação em um par de seções

No verão de 2017, o professor José Luis de Diego foi um dos docentes e organizadores do curso “Diagnóstico y debates en la edición contemporánea: Una mirada sociohistorica”, na Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Foi nessa ocasião que tivemos um primeiro contato pessoal, muito embora De Diego já fosse pesquisador da edição há tempos e já tivéssemos trocado palavras por e-mail.

Durante o curso, adquiri vários livros sobre o tema, nas diversas livrarias da cidade, entre eles *La otra cara de Jano – Una mirada crítica sobre el libro y la edición*, integrante de uma belíssima coleção da editora Ampersand, de Buenos Aires. Antes desse livro, De Diego organizara, para o Fondo de Cultura Económica, *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2010)*.

A partir desse primeiro encontro em La Plata, passamos à ideia de que o professor fizesse uma visita ao Brasil, em especial para que desse um curso sobre o tema. Em maio do mesmo ano de 2017, foi oferecida então a disciplina concentrada “Problemas em debate na indústria editorial: o caso da edição literária na América Latina” pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, entre as atividades da linha IV – Edição, Linguagem e Tecnologia, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. A relação com o pesquisador se consolidou, abrindo uma trilha de novos encontros e planos. A ideia de traduzir seus textos nasceu aí.

Desde esse momento do curso no CEFET-MG e de outros encontros em congressos argentinos e em sempre generosas trocas de mensagens, tratávamos da seleção dos textos do professor,

da leitura de seus livros e das questões que poderiam nos interessar a todos, latino-americanos envolvidos no campo da pesquisa sobre edição de livros. Foi difícil escolher tais textos, dada a qualidade dos trabalhos de De Diego. Nesse ínterim, nasceu a coleção Pensar Edição, fruto de um evento homônimo, em Belo Horizonte, e da parceria entre as editoras independentes Moínhos e Contafios, lideradas por dois entusiastas dos estudos de edição, Nathan Magalhães e Pablo Guimarães.

Ao longo de três anos, nos dedicamos à leitura reiterada dos capítulos dos livros, inclusive do mais recente, *Los autores no escriben libros – Nuevos aportes a la historia de la edición* (Ampersand, 2019), a fim de escolher capítulos a serem vertidos ao português. Usamos como critério a necessária abertura a discussões que pudessem ser pensadas também em relação ao contexto brasileiro. Em 2019, eu e Sérgio Karam passamos à tradução dos capítulos, mesclando textos dos dois livros e compondo uma edição exclusiva para a coleção Pensar Edição. Definimos critérios de tradução e decidimos por sempre produzir notas que clareassem elementos do contexto hispânico que pudessem ser desconhecidos para estudantes e investigadores da edição no Brasil.

Eis aqui um volume que reúne seis capítulos sobre estudos do livro e da edição, todos em profundo diálogo com o contexto latino-americano. As reflexões de José Luis de Diego são um dos aportes necessários a esse campo de estudos, ainda em consolidação no Brasil. De Diego mira a edição desde o ponto de vista das Letras, dos Estudos Literários, não sem alguns empréstimos da Sociologia e da História. É nossa contribuição para a coleção Pensar Edição e para uma bibliografia em língua portuguesa.

*Ana Elisa Ribeiro*

Professora do CEFET-MG

Tradutora

Conheci o trabalho do professor José Luis de Diego quando encontrei, numa viagem à Argentina, o volume *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2010)*, organizado por ele para o Fondo de Cultura Económica, livro que reúne textos de diversos pesquisadores argentinos da área da história do livro e da edição. Pouco depois, em 2015, a editora Ampersand publicou *La otra cara de Jano – Una mirada crítica sobre el libro y la edición*, desta vez reunindo onze artigos assinados por De Diego, quatro dos quais estão traduzidos neste volume. Para quem vinha dos estudos literários e da área de tradução, foi um grande impacto descobrir todo um novo campo de pesquisas associado aos estudos de edição e, mais ainda, constatar que é um campo em expansão em vários países da América Latina e que já conta com estudos importantíssimos.

Em maio/junho de 2017, o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG ofereceu a disciplina “Problemas em debate na indústria editorial: o caso da edição literária na América Latina”, ministrada pelo professor De Diego. Essa foi a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e de constatar, para além de sua extrema competência como professor e pesquisador, sua gentileza e sua generosidade. Como já disse a Ana Elisa Ribeiro, a ideia de traduzir alguns de seus textos para o português nasceu ali.

Este livro, portanto, é o resultado da seleção e tradução de artigos que fizemos, Ana Elisa e eu, para apresentar o trabalho do professor José Luis de Diego ao público interessado nos assuntos de história da edição e história do livro, especialmente no contexto latino-americano. Esperamos, juntamente com os editores Nathan Magalhães e Pablo Guimarães, que o livro possa servir de estímulo ao desenvolvimento de pesquisas neste fascinante campo de estudos.

*Sérgio Karam*  
Tradutor





## Leituras de histórias da leitura

### Prolegômenos: Roger Chartier, Robert Darnton

As disciplinas acadêmicas não possuem certidão de nascimento e a história da leitura não seria uma exceção. Diante desta falta, costumam-se postular datas simbólicas de início, e penso em uma para a disciplina que nos ocupa. Em 1987, Roger Chartier proferiu uma conferência na *American Antiquarian Society* e a intitulou: “Frenchness in the History of the Book: from the History of Publishing to the History of Reading”.<sup>1</sup> A data importa porque, em 1986, apenas um ano antes, tinha sido publicado o quarto e último volume da *Histoire de l'édition française* [*História da edição francesa*], que Chartier codirigiu com Henri-Jean Martin.<sup>2</sup> Torna-se evidente que o reconhecido investigador francês está se referindo a uma realização e, ao mesmo tempo, a algumas limitações e a um projeto. A realização é a monumental obra sobre a edição na França, que se reconhece continuadora do trabalho fundacional de Lucien Febvre e do próprio Martin,

<sup>1</sup> A conferência foi publicada em *Archives et Bibliothèques de Belgique*, tomo LX, pp. 161-189. Em espanhol se tornou conhecida pelo título “De la historia del libro a la historia de la lectura”, incluída como capítulo I de *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza, 1993. [N. do A.]

<sup>2</sup> Os quatro tomos tinham os seguintes títulos: I- *Le livre conquérant. Du Moyen Age au milieu du XVIII siècle* (1982); II- *Le livre triomphant, 1660-1830* (1984); III- *Le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque* (1985); IV- *Le livre concurrent, 1900-1950* (1986). [N. do A.]

*La aparición del libro*,<sup>3</sup> de 1958.<sup>4</sup> Mas a conferência também nos fala, de modo autocrítico, das limitações observáveis na tradição de estudos sobre o livro na França. Por um lado, nas pretensões abusivas da história quantitativa aplicada a objetos culturais, tal como se deu nas tendências dominantes de certa história social; por outro, na suposta especificidade francesa na história do livro, e não apenas nos estudos franceses sobre o livro, mas também naqueles que tomam a França como objeto exclusivo de análise. Em terceiro lugar, no desinteresse demonstrado pelo objeto impresso: inclusive as histórias seriais e quantitativas continuaram a tratar os textos como uma abstração. As conclusões da virada autocrítica derivam no que chamamos “o projeto”:

[...] umas dúvidas provocadas pelas investigações levadas a cabo fora da França [...] que destruían as certezas metodológicas demasiadamente bem estabelecidas, destacavam as lacunas do saber constituído, pediam que se olhasse para os livros, e não apenas que eles fossem enumerados ou classificados, e, finalmente, postulavam a exigência de uma história da, ou melhor, *das* leituras como um prolongamento obrigatório da história do livro (Chartier, 1994, p. 20).

Em suma: as limitações que se observam nos estudos focalizados no livro ou na edição só podem ser superadas mediante a postulação de uma nova disciplina. Os fundamentos para a criação desta disciplina derivam de hipóteses de trabalho que Chartier sustentou em diferentes e variados textos e que poderiam ser sintetizados na forte tendência a valorizar as continuidades e a mitigar as rupturas. Assim, por exemplo, a distância polêmica

<sup>3</sup> Edição brasileira: *O aparecimento do livro*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: EDUSP, 2017. 1ª ed. 1992. [N. dos T.]

<sup>4</sup> Traduzido ao espanhol por Agustín Millares Carlo e publicado no México por U.T.E.H.A. em 1962. [N. do A.]

que mantém com Elizabeth Eisenstein e seu clássico livro *The Printing Press as an Agent of Change*.<sup>5</sup> Chartier insiste em refutar o caráter “revolucionário” da invenção da imprensa de tipos móveis, já que seu efeito mais evidente foi de ordem quantitativa e de difusão, mas não alterou substancialmente nem o formato consolidado do códice nem as consequentes práticas de leitura. Ou nas referências pontuais a casos de leitura silenciosa na Antiguidade, mediante as quais atenua o caráter de ruptura entre uma prática oral em voz alta, dominante em comunidades analfabetas ou semialfabetizadas, e uma prática de leitura “mental”, como costumava ser chamada, própria da modernidade:

A revolução da *leitura* precede, portanto, as revoluções do livro; aquela que, ao final da Idade Média, fez com que o livro copiado à mão fosse sucedido pelo livro composto em caracteres móveis e impresso na prensa; e também aquela que, no início de nossa era, substituiu o rolo pelo códice (se se admite que a generalização do códice é muito posterior à generalização da leitura silenciosa surgida na Grécia entre os séculos VI e V A.C.) (Chartier, 1994, p. 25).

Estas certezas, entre outras, vão orientando o programa de trabalho: as histórias da edição, que proliferam em diferentes países, implicam uma superação das histórias do livro, limitadas,

<sup>5</sup> Cambridge University Press, 1979. A primeira edição foi em dois volumes, reeditada em volume único em 1981. Em 1983, foi publicada uma versão abreviada com o título *The Printing Revolution in Early Modern Europe*, conhecida em espanhol como *La revolución de la imprenta en la Edad Moderna europea* (Akal, 1994). Em 1986, Eisenstein insiste em sua posição no artigo “Sobre la revolución y la palabra impresa”, no volume coletivo *Revolution in History*, editado por Roy Porter e Mikulas Teich (em espanhol: *La revolución en la historia*, Barcelona, Crítica, 1990). [N. do A.] [Edição brasileira: *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998] [N. dos T.]

em geral, ao objeto material, e abrem a porta a uma história da leitura. Leitura que não se deve entender como *experiência* (de acordo com uma larga tradição que vai da fenomenologia à estética da recepção) mas como *prática* cultural, e que não poderá se limitar, como nas histórias da edição, às fronteiras de um só país, mas integrar tradições continentais. O projeto vai tomar corpo, como se sabe, na *Storia de la lettura nel mondo occidentale*, dirigida pelo próprio Chartier e por Guglielmo Cavallo, e editado pela Laterza, em 1995.<sup>6</sup> Assim, o itinerário das obras já clássicas sobre nosso tema é bem explícito: em 1958, um consagrado Lucien Febvre e um jovem Henri-Jean Martin dão a conhecer uma história do livro; entre 1982 e 1986, um consagrado Henri-Jean Martin e um jovem Roger Chartier dão a conhecer uma história da edição na França; em 1995, um consagrado Roger Chartier, junto a Guglielmo Cavallo, dá a conhecer uma história da leitura no mundo ocidental. Os autores se sobrepõem e se sucedem num percurso programático: do livro à edição, da edição à leitura.

Nas reflexões teóricas de Robert Darnton, pode-se perceber um itinerário semelhante. Seu conhecido ensaio “O que é a história dos livros?” foi publicado originalmente na revista *Daedalus* do verão de 1982.<sup>7</sup> Nele, Darnton descreve a história do livro como uma “disciplina nova”, cujo campo de ação compreende “os livros

<sup>6</sup> A *Storia de la lettura...* foi publicada em francês em 1997 (Editions du Seuil) e um ano depois em espanhol (Santillana-Taurus). [N. do A.] [Edição brasileira: *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998 (vol. 1) e 1999 (vol. 2)] [N. dos T.]

<sup>7</sup> Em espanhol o artigo se encontra em *El beso de Lamourette. Reflexiones sobre historia cultural* (Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 117-146) e em *Las razones del libro. Futuro, presente, pasado* (Madrid, Trama editorial, 2010, pp. 177-204), com o título levemente modificado: “¿Cuál es la historia de los libros?”. [N. do A.] [As citações seguem a edição brasileira atualmente disponível: *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 122-149. 1. ed. 1990] [N. dos T.]

desde a época de Gutenberg” (Darnton, 2010, p. 122), que conta com seus trabalhos pioneiros e que já reconhece revistas específicas e centros de investigação destacados; propõe, inclusive, rebatizá-la como “história cultural e social da comunicação impressa”. Acrescenta que se assistia então a uma espécie de transbordamento do objeto, devido à invasão de várias “disciplinas auxiliares”, de maneira que “já não é possível distinguir seus contornos gerais” (Darnton, 2010, p. 125). Após uma longa digressão pelo século XVIII – poderíamos dizer pelo *seu* século XVIII –, a modo de exemplo das dificuldades metodológicas que um objeto de tal complexidade acarreta, Darnton conclui: “A leitura continua a ser o estágio no circuito dos livros que oferece maiores dificuldades de estudo” (Darnton, 2010, p. 136). A descrição das figuras mais significativas na circulação do livro detém-se nos autores, editores, impressores, distribuidores e livreiros; chega, finalmente, aos leitores, e insiste: “Apesar de uma volumosa literatura sobre sua psicologia, fenomenologia, textologia e sociologia, a leitura continua a ser misteriosa” (Darnton, 2010, p. 144). Mas esta dificuldade, este mistério, implicam, por sua vez, um desafio; como acontece com Chartier, Darnton procede à postulação de uma hipotética história da leitura, suas possibilidades e os obstáculos metodológicos dos quais deverá se esquivar. Neste sentido, uma das inovações necessárias e decisivas implicará deslocar-se do interesse nos efeitos que os textos provocam nos leitores para as liberdades que estes leitores tomam com os textos; ou seja, deixar de pensar nos leitores como sujeitos passivos, meros receptáculos da fecundidade dos textos, para começar a estudá-los enquanto operadores ativos de significados; assim considerada, a leitura não se limita a decifrar signos, mas a extrair sentidos dos textos lidos. Dentro desse programa, por enquanto apenas esboçado, Darnton argumenta na mesma direção em que o fará, como vimos, Roger Chartier: “Pela sua própria natureza, portanto, a história dos livros deve operar em escala internacional e com método interdisciplinar” (Darnton, 2010, p. 149).

Quatro anos depois, em 1986, Darnton retoma o projeto no artigo intitulado “Primeiros passos para uma história da leitura”,<sup>8</sup> a partir de uma certeza: “A leitura tem uma história”, e de uma pergunta: “Mas como recuperá-la?” (Darnton, 2010, p. 169). Esta pergunta se fragmenta em outras, que necessitam ser abordadas por metodologias diferentes:

Mas os historiadores do livro já trouxeram à luz grandes quantidades de informações sobre a história externa da leitura. Tendo-a estudado como um fenômeno social, eles podem responder a muitas perguntas sobre ‘quem’, ‘o quê’, ‘onde’ e ‘quando’, o que pode ser de grande auxílio para tratar as perguntas mais difíceis sobre os ‘comos’ e os ‘porquês’ (Darnton, 1986, p. 171).

Darnton divide as abordagens de maior destaque em dois grandes grupos: de um lado, as “macroanálises”, que forneceram dados sobre os hábitos de leitura mas que frequentemente caem em generalizações pouco satisfatórias; de outro, as “microanálises”, que procuram focar no estudo de casos que possam ser significativos para a compreensão do conjunto, mas que nem sempre o são. Uma das limitações mais evidentes deste tipo de trabalhos deriva da complexidade das fontes: inventários *post-mortem*, catálogos de leilões, registros notariais, listas de assinantes, registros de existência e de empréstimos em bibliotecas, etc; à medida que nos aprofundamos em cada uma dessas fontes, qualquer conquista ou descoberta

<sup>8</sup> Em *Australian Journal of French Studies*, n. 23, 1986. Traduzido para o espanhol em *El beso de Lamourette. Reflexiones sobre historia cultural* (cit., p. 165-199). Existe uma tradução anterior com o título “Historia de la lectura”, incluída no livro *Formas de hacer Historia*, editado por Peter Burke; a primeira edição em inglês é de 1992, e um ano depois apareceu a versão espanhola pela Alianza Editorial (o artigo de Darnton está nas p. 189-220). [N. do A.] [Citações segundo a edição brasileira atualmente disponível: *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 168-201.] [N. dos T.]

costuma vir acompanhada de suspeitas e reticências, de modo que se torna arriscado deduzir, a partir delas, hipóteses gerais. E as dificuldades aumentam toda vez que se enfrentam as questões mais difíceis: o “por quê” e o “como”. Neste sentido, Darnton sugere cinco maneiras de abordar o problema: 1) estudar como a leitura é representada “na ficção, em autobiografias, textos polêmicos, cartas, quadros e gravuras” (Darnton, 2010, p. 185); 2) analisar as formas como se aprendia a ler, dentro e fora do sistema escolar (por exemplo, a relação entre leitura e escritura no processo de aprendizagem); 3) trabalhar sobre os relatos autobiográficos mais conhecidos (menciona Santo Agostinho, Santa Teresa d’Ávila, Montaigne, Rousseau e Stendhal) e avançar até chegar a fontes menos conhecidas; 4) revisitar a teoria literária, levando em conta o fato de que, em muitas das teorias dominantes, “a leitura ressurgiu como o fato central da literatura” (Darnton, 2010, p. 195); 5) estudar os livros como objetos físicos, tarefa desempenhada pela bibliografia analítica (e aqui Darnton destaca os trabalhos de Donald McKenzie e de Roger Chartier).

Em 2001, com o título de *New Perspectives on Historical Writing*, publica-se a segunda edição do livro de Burke, e, logo após o trabalho de Darnton que acabamos de resenhar, aparece um adendo, escrito por Peter Burke, intitulado “Nota sobre recientes historias de la lectura”. Ali, Burke se detém nas abordagens mais relevantes que apareceram nos dez anos que vão da primeira edição, de 1992, à segunda, de 2001. Vou me deter em duas destas abordagens, pelo interesse que despertaram no campo da disciplina e pela ampla difusão que tiveram em espanhol. Por um lado, Burke afirma que “é notável um estudo geral do escritor argentino Alberto Manguel”. E, um parágrafo depois, acrescenta:

Para uma visão panorâmica do estado atual desta especialidade, junto com sugestões pertinentes sobre futuras evoluções, provavelmente nada melhor do que um recente projeto internacional, um informe de treze historiadores deste



campo sobre a leitura no Ocidente, desde a Grécia até os dias de hoje, no qual se reconhecem nada menos do que três ‘revoluções’ da leitura entre 1450 e 2000 (Darnton, 2003, p. 218).<sup>9</sup>

Burke está se referindo, é claro, à já mencionada *História da leitura no mundo ocidental* (ver nota 6); nestes dez anos, a disciplina tinha acabado de se consolidar.

## Histórias da leitura

A *História...* dirigida por Chartier e Cavallo foi publicada em espanhol, em 1998, e desde então se converteu no aporte mais valioso e sistemático à disciplina que nos ocupa. Por este motivo, e porque foi bastante resenhada, não entrarei em detalhes a seu respeito, mas quero, não obstante, me deter em alguns de seus postulados mais significativos, vistos a uma distância de quinze anos. Em primeiro lugar, ali se insiste na já corrente diferenciação entre texto e livro, entre texto e suporte material; diferentes, mas não independentes, já que o suporte incide de modo decisivo na divulgação, recepção e consumo dos textos. Os autores citam uma frase de Roger Stoddard (que Chartier também adora citar): “Façam o que fizerem, os autores não escrevem livros. Os livros não se escrevem, em absoluto. São manufaturados pelos escribas e demais artesãos, os mecânicos e demais engenheiros, e pelos prelos de impressão e demais máquinas” (Cavallo; Chartier, 2011, p. 29). E agregam: “Contra a representação elaborada pela própria literatura e acolhida pela mais quantitativa das histórias do livro, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda materialidade, cabe recordar que não existe texto algum fora do suporte que permite lê-lo (ou escutá-lo)” (Cavallo; Chartier,

<sup>9</sup> Edição brasileira: *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011. [N. dos T.]

2011, p. 29). Desta forma, a história da leitura só pode ser pensada como derivação, ou como tributária, da história do livro e da edição, já que o suporte determina, ou, ao menos, condiciona sua recepção.

Sabe-se que a *História...* se articula cronologicamente em sucessivos capítulos escritos por especialistas; no entanto, existem apostas epistemologicamente fortes que parecem estruturar o conjunto. Por um lado, as três “revoluções”:

1) A passagem da leitura “necessariamente oralizada” à leitura “possivelmente silenciosa” (note-se a prudência dos advérbios), a qual, embora caracterizada como um “corte capital”, é antes de mais nada um processo paulatino, uma *longa* revolução. Em todo caso, estamos diante de uma transformação anterior à imprensa de tipos móveis, que, embora arraigada “na mutação que transformou a função mesma do escrito nos séculos XII e XIII” (p. 51), possui raízes que se podem rastrear muito antes, inclusive na Antiguidade clássica; assim, o primeiro capítulo da *História...*, escrito por Jesper Svenbro, intitula-se “A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa”, como se desde o título mesmo deste primeiro capítulo os organizadores assumissem uma posição firme numa questão controversa: a leitura silenciosa não é, como se afirmara, uma *consequência* da imprensa; numerosos depoimentos nos falam de uma prática habitual ao longo dos séculos.

2) A segunda revolução se refere, “segundo uma tese clássica”,<sup>10</sup> à passagem, na segunda metade do século XVIII, de uma leitura “intensiva” (leitura em profundidade e repetida de poucos textos) a uma “extensiva” (leitura salteada, e frequentemente voraz, de muitos textos). Embora no texto pertinente, já citado em nota

<sup>10</sup> A tese é de Rolf Engelsing (*Analphabetentum und Lektüre*, Stuttgart, 1973) e se encontra desenvolvida, e parcialmente refutada, no capítulo escrito por Reinhard Wittmann, “Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?”, p. 135 e seguintes do vol. 2. [N. do A.]

de rodapé, Wittmann conclua que é possível falar de uma verdadeira revolução da leitura ao redor de 1770 – com os casos já emblemáticos dos romances de Richardson, Rousseau ou do jovem Goethe –, tal transformação não implica, no entanto, confirmar a tese de Engelsing, mas questioná-la, na medida em que a leitura “sentimental” ou “empática” não abandonou as modalidades de leitura “intensiva”, e com frequência a exacerbou.

3) A terceira revolução alude à transmissão eletrônica dos textos e às mudanças pelas quais passa a leitura tendo a tela como suporte; “o que se encontra totalmente transformado é todo o sistema de identificação e de manejo dos textos” (p. 54), e se assiste a “uma reorganização completa da ‘economia da escritura’” (p. 55). Embora o trabalho muito bem documentado de Armando Petrucci (“Ler por ler, um futuro para a leitura”) mencione apenas no final as mudanças na atividade leitora, os organizadores do volume insistem em sua hipótese: que esta última é, na verdade, uma revolução só comparável à passagem do rolo ao códice e que, conseqüentemente, a passagem do códice ao livro, devido à invenção da imprensa, teve um impacto muito menor sobre as práticas de leitura do que aquele que outros autores – em especial Elizabeth Eisenstein (ver nota 5) – tinham sugerido.

Por outro lado, os três “modelos” de leitor:

1) O leitor “humanista”, descrito e caracterizado no trabalho de Anthony Grafton, recupera a tradição clássica e começa a refutar as *auctoritates* do mundo acadêmico medieval, a partir de novas práticas de leitura (a roda de livros, o caderno de tópicos) em livros menores, que dispensam a letra gótica e revelam-se austeros e práticos. Assim, os nomes de Maquiavel, Erasmo e Montaigne balizam e exemplificam um novo tipo de leitura, mais crítica e independente da herança clássica e medieval, e, conseqüentemente, uma relação diferente com o livro.

2) Conforme demonstra o trabalho de Jean-François Gilmont, a Reforma trará consigo um novo modelo de leitor e de leitura. A Reforma foi considerada uma consequência da imprensa, não

porque esta tenha sido, a rigor, sua *causa*, mas porque gerou as condições de possibilidade para a ampla difusão das ideias reformistas. Assim, as traduções da Bíblia para as línguas vernáculas durante as décadas de 1520 e de 1530 – de modo emblemático, a tradução de Lutero ao alemão – têm um efeito duplo. Por um lado, “popularizam” cada vez mais a palavra sagrada através da língua escrita numa sociedade que era majoritariamente analfabeta, motivo pelo qual eram necessários mediadores, pregadores *em voz alta*. Por outro lado, essa difusão descontrolada, não apenas de livros mas também de panfletos, folhetos e libelos, aumentava o risco de se produzirem novas e mais radicais heresias, ameaça diante da qual tanto católicos quanto protestantes estabeleceram rígidos sistemas de controle sobre a edição e a circulação dos impressos.

3) O terceiro modelo de leitor é resultado da generalização da cultura básica, dos crescentes processos de alfabetização, do aparecimento de novas classes de leitores e da diversificação cada vez maior dos impressos. Em seu trabalho sobre o século XIX (“Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários”), Martyn Lyons considera que esta série de transformações resultou numa grande dispersão dos modelos de leitura, numa fragmentação e numa maior complexidade de suas práticas: “na década de 1890 tinha-se alcançado, de modo quase uniforme, um índice de 90% [de alfabetização da população], e a antiga discrepância entre homens e mulheres havia desaparecido. Esta foi a ‘idade de ouro’ do livro no Ocidente” (p. 387). Amplia-se a educação primária, reduz-se a jornada de trabalho, começa a ser reconhecido o status social e intelectual da mulher: crianças, operários e mulheres integram, portanto, essa nova massa de público leitor, esse “público desconhecido” que será o aficionado – e muitas vezes o protagonista – da chamada “literatura industrial”.

Finalmente, não sabemos que tipo de leitor caracterizará a “terceira revolução”, em que a diversificação das práticas parece

ainda maior... Algumas das teses da *História...* de Cavallo e Chartier foram corrigidas ou aperfeiçoadas a partir de trabalhos particulares. Não obstante, como visão de conjunto, ela se transformou na bibliografia mais frequentada e reconhecida sobre o tema que nos ocupa.

Já dissemos que Martyn Lyons escreveu, na obra que acabamos de resenhar, o capítulo sobre o século XIX. Em 2010, Lyons, professor da Universidade de New South Wales, em Sidney, deu a conhecer o livro *A History of Reading and Writing in the Western World* (New York, Palgrave Macmillan), que, traduzido por Julia Benseñor e Ana Moreno, foi publicado, em Buenos Aires, em 2012.<sup>11</sup> Olhando o índice da obra, reconhecemos a ordenação cronológica característica de uma história. No entanto, se levarmos em conta o célebre antecedente da *História...* de Cavallo e Chartier, vemos que agora estamos na presença de uma história *moderna*. Com efeito, a cronologia começa no capítulo 2, que se ocupa do mundo antigo e medieval, e nele se analisa, em 25 páginas, o período que no livro de Cavallo e Chartier se desenvolve ao longo dos seis extensos capítulos escritos por Svenbro, Cavallo, Parkes, Hamesse, Saenger e Bonfil. Embora Lyons também relativize o caráter “revolucionário” da invenção de Gutenberg, pode-se afirmar que o núcleo de seu livro começa com a imprensa. O título do capítulo I dá o *tom* de sua empreitada: “¿De qué se trata la historia de la lectura y la escritura?”; a leitura do capítulo nos coloca diante de uma manifestação de objetivos e de algumas questões de método, mas, mesmo nos momentos mais árduos, pode-se perceber a intenção do autor de escrever uma

<sup>11</sup> Martyn Lyons. *Historia de la lectura y de la escritura en el mundo occidental*. Buenos Aires: Editoras del Calderón, 2012. Teria sido mais adequado, em minha opinião, traduzir o título da obra de Lyons como *Una historia de la lectura...* O artigo indefinido do título original demonstra uma certa modéstia, que a tradução ignorou. Não é a mesma coisa escrever ‘a’ *História da leitura...* que ‘uma’ *História da leitura...* Alberto Manguel, como veremos, também opta pelo artigo indefinido. [N. do A.]

espécie de manual que vá além do interesse dos especialistas: linguagem simples, compreensível, e pouco aparato erudito.

No capítulo I somos informados de que a pretensão do título é enganosa, porque estamos diante de uma história da leitura, e apenas de modo subsidiário ou tangencial o livro irá tratar da escritura (de fato, isso se limita aos dois capítulos finais). “A história da leitura se ocupa de todos os fatores determinantes da recepção de textos. Ela se pergunta sobre o que se lia numa determinada sociedade, quem lia e como” (Lyons, 2012, p. 19). Neste sentido, o livro se distancia da chamada Estética da Recepção, de origem alemã (“me interessam menos os leitores implícitos ou supostos do que os leitores reais” [p. 21]), e resgata o instrumental próprio da sociologia da cultura de Pierre Bourdieu: “quais são as condições sociais que determinam o consumo e a apropriação da cultura?” (Lyons, 2012, p. 23).<sup>12</sup> No entanto, não estamos diante de um trabalho *bourdiano*, uma vez que a perspectiva da disciplina é muito mais histórica do que sociológica e é tributária, em maior medida, dos estudos de história do livro, da edição e da leitura que se iniciam em 1958, com Febvre e Martin, e que Lyons resenha, como antecedentes, para chegar aos trabalhos de Robert Darnton, com quem procura dialogar produtivamente. A partir daí o autor postula suas “metas e objetivos”: 1) “encontrar o leitor destinatário ou o público desejado e reclamado por

<sup>12</sup> Lyons cita o livro de Bourdieu de 1979, *La distinction. Critique sociale du jugement*. Bourdieu se referiu especificamente ao tema da leitura em dois textos breves posteriores: numa conferência de 1981, “Leitura, leitores, letrados, literatura” (ed. em espanhol: *Cosas dichas*. Barcelona: Gedisa, 1996, p. 115-124); e numa conversa com Roger Chartier, “La lectura: una práctica cultural”, publicada em francês em 1985 (em *El sentido social del gusto*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2010, p. 253-269). [N. do A.] [Edições brasileiras: *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007; *Cosas ditas*. trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 134-146] [N. dos T.]